

40 anos da “virada” do Serviço Social no Brasil: história, atualidade e desafios¹

Marilda Villela Iamamoto*

RESUMO: Este texto é a base da conferência de abertura do XVI Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS) – Brasília (DF) 2019. Registra a história e memória do III CBAS (1979), marco simbólico na resistência coletiva de assistentes sociais à ditadura empresarial–militar e ao conservadorismo no Serviço Social em favor de sua renovação histórico-crítica. Afirma-se o compromisso com os trabalhadores, contra a barbárie, em favor da democracia e da emancipação humana. O texto aborda a história e desafios contemporâneos do Serviço Social em tempos de ultraliberalismo: conquistas alcançadas, o neoconservadorismo no Serviço Social e a necessidade de afirmação do projeto profissional construído nos últimos 40 anos.

PALAVRAS-CHAVE: História do Serviço Social; III Congresso brasileiro de assistentes sociais: resistência e renovação crítica do serviço social no Brasil.

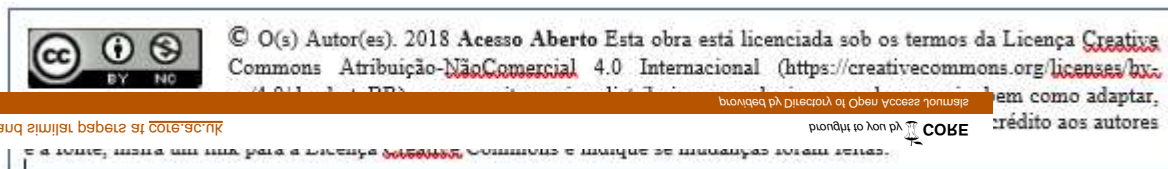
40 years of the turn of social work in Brazil: history, present and challenges

ABSTRACT: This text is the basis of the opening conference of the XVI Brazilian Congress of Social Workers (CBAS) - Brasília (DF) 2019- It registers the history and memory of the III CBAS (1979), a symbolic landmark in the collective resistance of social workers to the business dictatorship– military and conservatism in Social Work in favor of its historical-critical renewal. The commitment to workers, against barbarism, in favor of democracy and human emancipation is affirmed. The text addresses the history and contemporary challenges of Social Work in times of ultraliberalism: achievements achieved, neoconservatism in Social Work and the need to affirm the professional project built in the last 40 years.

KEYWORDS: History of social work; III Brazilian Congress of social workers; Resistance and critical renovation of the social work in Brazil.

Submetido em 20/04/2020

Aprovado em 30/04/2020



¹ Este texto tem por base o pronunciamento sobre o mesmo tema efetuado no 12º Seminário Anual de Serviço Social, promovido pela ed. Cortez, em São Paulo, em maio de 2019 (IAMAMOTO, 2019) e a conferência de abertura do XVI Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, em Brasília (DF), em novembro de 2019, com o mesmo título deste artigo.

* Pesquisadora do CNPQ, bolsista produtividade 1A. Autora de vários livros e artigos em periódicos científicos na área de Serviço Social. Professora titular aposentada da UFRJ e da UERJ. Prof. Visitante da UFJF (agosto 2019 a julho 2020). E-mail: mviamamoto@uol.com.br.

Introdução

*Ninguém solta mão de ninguém...
“Vamos de mãos dadas”
como sugere o poeta Drummond.*

Comemoramos os 40 anos da histórica “virada” de compromisso político-profissional no Serviço Social brasileiro *com o bloco do poder em favor dos interesses de trabalhadores e trabalhadoras, contra a barbárie, pela democracia e pela emancipação humana*. Estamos aqui, de mãos dadas, na maior corrente viva já reunida com 4.500 participantes, na defesa da vida e do sonho de um Brasil fraterno, livre e igualitário. Estamos aqui para fazer valer nossa voz – junto com a voz de milhões de brasileiros – na defesa de nossa frágil e restrita democracia e dos direitos conquistados. Estamos aqui para reafirmar conquistas do Serviço Social brasileiro expressa na sua maioria acadêmica, ética e técnico-política. Estamos aqui na defesa intransigente do projeto ético-político do Serviço Social no novo cenário histórico e a legitimidade de nossas entidades representativas, que organizam este XVI CBAS². Estamos aqui para dizer não ao desmonte da seguridade social estatal e das demais políticas sociais; à disseminação da violência contra os trabalhadores brancos e negros, homens e mulheres, LGBTQIs, pobres das periferias urbanas e do campo, encarcerados, dentre muitos outros segmentos de classe. Apoiamos a organização autônoma dos trabalhadores na defesa do emprego, do trabalho digno e com proteção. Lutamos pelo direito à vida contra todas as formas de violência, na construção coletiva de tempos mais humanos para todas(os) no devir da história.

É na defesa das conquistas acumuladas em 40 anos de renovação crítica do Serviço Social brasileiro, que pensamos o Serviço Social nesses tempos sombrios e os nossos desafios prático-profissionais para alimentar a resistência. Assistentes sociais brasileiros em aliança com os segmentos de trabalhadores cujos interesses têm sido severamente atingidos pelo poder político e econômico, posicionam-se no campo da resistência política na cena pública (CFESS, 2018; ABEPSS, 2018).

O Serviço Social inscreve-se na história, nas relações entre as classes e com o Estado,

² Meus agradecimentos às entidades organizadoras – CFESS, ABEPSS e ENESSO – pela *honra do convite* de participar da abertura deste histórico XVI Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais: o maior de todos os tempos. Faço minha as palavras de Violeta Parra: “*gracias a la vida que me ha dado tanto...*” Meus cumprimentos às colegas de mesa e às *laos assistentes sociais do Brasil presentes neste histórico Congresso, com mais de 4.500 participantes, mais além das mídias sociais*. Este CBAS demonstra nossa força coletiva e nossa capacidade de organização e a *legitimidade de nossas entidades, unindo forças na luta contra a barbárie*.

privilegiando os interesses das (dos) trabalhadoras(es). Este ângulo implica o reconhecimento do conflito de classes em suas dimensões materiais e espirituais, e a construção da resistência coletiva. O conteúdo da exposição abrange, além da introdução: 1) História e memória no III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS), 2) História e desafios contemporâneos.

Nesses tempos de profunda regressão conservadora sob a égide ultraliberal, mediante um Estado prioritariamente direcionado ao favorecimento do grande capital produtivo e das finanças. São *também novos tempos de disputas pelo poderio econômico e militar no cenário mundial* entre Ocidente e Oriente que se refratam na geopolítica para a América Latina e o Caribe, com o avanço de projetos societários radicalmente liberais e regressivos.

Mas aqui também se luta e se faz história como o atestam a resistência e protestos que se propagam na Bolívia, com a quarta reeleição de Evo Morales – derrotando o ex-presidente Carlos Mesa – posteriormente destituído do poder; a explosão de manifestações massivas do povo chileno contra a plataforma neoliberal privatizante do governo Sebastian Piñera, com graves efeitos nas condições de vida do povo chileno. No Equador, revoltas lideradas por comunidades originárias obrigaram o governo a recuar do aumento de 123% nos preços dos combustíveis estabelecidos em acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI), como condição para a liberação de empréstimo de US\$ 4,2 bilhões. No Haiti disseminam protestos contra o governo do presidente Jovenel Moïse, apoiado por integrantes da Missão das Nações Unidas de Estabilização naquele país (Brasil e Argentina). No México, em 2018, a vitória do presidente López Obrado rompeu o histórico controle de partidos conservadores. Na Argentina, o ultraliberal presidente Macri é derrotado no primeiro turno com a vitória de Alberto Fernandes. Não se pode silenciar a histórica defesa do povo venezuelano às pressões norte-americanas. À luta dos povos de *Nuestra América*, nossa solidariedade.

No Brasil, o governo eleito intensifica o alinhamento político-econômico do país aos EUA, aprofundando a inserção subordinada e dependente à ordem do capital. Em resposta à crise mundial, uma política neoliberal de radical privatização de bens públicos é praticada em detrimento das maiorias. Este governo reforça o braço repressivo do Estado e a presença das Forças Armadas no controle dos poderes da República. A prisão ilegal do Presidente Lula, denunciada no mundo pela campanha “Lula Livre”, revela um Poder judiciário em flagrante tensão com a Carta Constitucional.

O atual governo confronta valores democráticos e elimina direitos conquistados com a contrarreforma trabalhista e a contrarreforma previdenciária recém-aprovada, o que redund

no desmonte da seguridade social. A disputa pelo fundo público, priorizado para o pagamento da dívida interna e externa, via superávit primário, bloqueia o desenvolvimento econômico com a sangria de recursos financeiros (Iasi, 2019). Faz, assim, crescer o desemprego, o emprego precário sem proteção e o subemprego. A privatização e mercantilização acelerada dos serviços sociais agrava a desigualdade e as condições de vida da maioria dos brasileiros e brasileiras, trazendo novos desafios ao trabalho dos e das assistentes sociais. A *universidade pública, o ensino superior e o ensino técnico* sofrem cortes de verbas, pressionando sua privatização. A autonomia universitária é ameaçada por supostas “balbúrdias”, a que são reduzidas manifestações críticas à ordem instituída. O controle repressivo ameaça a razão crítica, a liberdade de pensamento no ensino, pesquisa e extensão.

Esses tempos de contrarreformas, de mercantilização universal, de culto ao individualismo e de inegável avanço do conservadorismo são também tempos de estímulo à violência, a práticas de extermínio de jovens pobres, negros, de graves violações de direitos sociais e humanos com as quais nos defrontamos cotidianamente. O assassinato de Marielle Franco, até hoje não elucidado, é exemplar dessa violência. Ela atinge trabalhadores urbanos e rurais em luta pela terra, por trabalho, moradia e direito à cidade; nações indígenas na preservação de suas terras, de seus povos e de suas tradições; afrodescendentes em luta contra as marcas históricas da herança escravocrata, o racismo, a discriminação e o preconceito; crianças e adolescentes de famílias pobres das periferias urbanas; mulheres no combate a opressão, ao assédio, ao feminicídio e pela legalização do aborto; LGBTQIs pelo respeito às diferenças e reconhecimento de sua humanidade, dentre muitos outros segmentos sociais com quem trabalhamos.

Contra todas estas agressões, diversos segmentos sociais vêm manifestando resistências. Mas temos o grande desafio de transformar essas resistências em movimentos articulados de massa, única condição de impedirmos a continuidade do desmonte e do ataque aos nossos direitos. E é no campo da luta e da defesa dos “de baixo”, que o Serviço Social se posicionou no III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (1979).

História e memória do III CBAS: resistência e renovação

O III CBAS foi a *primeira e tardia manifestação massiva da categoria dos e das assistentes sociais contra a ditadura militar-empresarial e o poder de classe que a sustentou*. Ele foi contemporâneo à Lei da Anistia, promulgada com limites, em 1979, ante a reivindicação

de uma anistia ampla, geral e irrestrita. Ela é aqui lembrada para que não se esqueça e para que nunca mais aconteçam atrocidades que acompanham a ruptura do regime político democrático e das garantias constitucionais. As prisões arbitrárias e a tortura em nome da “segurança nacional”, a perda de direitos civis e políticos devastaram vidas daqueles que lutaram pela democracia e pela emancipação humana. Criminalização, repressão e tortura atingem hoje a população empobrecida e encarcerada. Nosso repúdio veemente às apologias à ditadores e torturadores.

Como já assinalo em outra ocasião, ao nível do senso comum, vem sendo difundida uma *visão mágica do III CBAS*, desvinculado da história: tanto da realidade latino-americana – em sua unidade de diferenças históricas nacionais – quanto da trajetória profissional que desencadeia o *processo da virada* ao nível da América Latina e do Caribe. São 40 anos do *momento simbólico da virada*, mas são mais de 50 anos *do processo da virada*, ao considerarmos o debate latino-americano do movimento de reconceitualização do qual somos parte. No Brasil poderíamos estender ao pré-1964, período pouco conhecido na nossa história profissional, em que se tem notícias de assistentes sociais atuando em iniciativas de alfabetização com base no método Paulo Freire, no Movimento de Educação de Base (MEB), na defesa das reformas de base, no apoio às ligas camponesas e no sindicalismo rural e urbano. Considerando que o Serviço Social no Brasil tem mais de oito décadas de existência, temos mais tempo de renovação crítica que de prevalência exclusiva da perspectiva conservadora.

Esse congresso é um marco simbólico na *recusa do conservadorismo de origem no Serviço Social brasileiro em favor de sua renovação histórico-crítica*. O III CBAS articula, unifica e simboliza a “virada” dos compromissos políticos do Serviço Social com as classes dominantes e o poder político que presidiram sua institucionalização e desenvolvimento no país. Os assistentes sociais, como coletividade, passam a sintonizar-se com os interesses e necessidades de trabalhadores e trabalhadoras em luta pela democracia. O “*Congresso da Virada*” expressa a *luta pela hegemonia no universo de assistentes sociais: na sua atuação, na formação acadêmica e na produção de conhecimentos na área de Serviço Social*.

A “virada” revela a sintonia de parcelas significativas do Serviço Social brasileiro com experiências de segmentos de trabalhadores e entidades combativas da sociedade civil, numa aproximação às lutas, organizações e movimentos sociais que portam a defesa dos direitos, interesses e projetos societários das classes subalternas. Assistentes Sociais participam das forças de resistência à ditadura do grande capital (IANNI, 1981), no apoio ao processo de

construção da democracia. Dentre as forças progressistas podem ser lembradas: a) a *Igreja Católica*, representada na *Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB)*, cuja ala mais progressista é sensível à “Teologia da Libertação” – forte aliada na defesa dos direitos humanos e na denúncia da violência de Estado junto aos presos políticos. As *Comunidades Eclesiais de Base (CEBS)* marcam presença nas periferias, nas favelas, junto aos migrantes, aos camponeses e assalariados rurais, aos detentos, negros, índios e trabalhadores urbanos; b) as *Associações de Moradores de Favelas* ou *Associações Comunitárias* na luta por melhorias de condições de vida nos bairros e favelas, pressionam o poder público; c) a *Ordem dos Advogados do Brasil (OAB)* defende presos políticos e denuncia prisões arbitrárias; d) a *Associação Brasileira de Imprensa (ABI)* combate a censura à imprensa no teatro, na literatura, no cinema, na música, livros, revista e jornais; e) sob a liderança da *União Nacional dos Estudantes (UNE)*, os *estudantes universitários* realizam massivas manifestações e passeatas; f) o *movimento sindical urbano e rural* defende a revogação da política de controle salarial e o reconhecimento ao direito de greve, a autonomia sindical e as negociações coletivas; g) surgem novos partidos políticos após a reforma política de 1979, dentre os quais o Partido dos Trabalhadores, em 1980, canalizando reivindicações de vários movimentos populares.

É a existência dessas forças políticas que torna possível a contestação aos representantes do poder instituído em favor dos movimentos de trabalhadores, na defesa de eleições diretas e da democracia, expressa massivamente pelos assistentes sociais brasileiros nesse Congresso.

O III CBAS foi organizado pelo então Conselho Federal de Assistentes Sociais (CFAS) e pelos Conselhos Regionais (CRAS) que navegavam em mares do poder. No segundo dia do evento, é feita uma assembleia paralela, com a presença de cerca de 600 participantes, sob a direção das entidades sindicais articuladas e comprometidas com os ventos latino-americanos que arejavam o Serviço Social brasileiro. Nessa assembleia emerge uma moção de substituição da Comissão de Honra do Congresso. Ela era composta por autoridades da ditadura miliar nos níveis federal, estadual e municipal, a saber: general João Figueiredo, presidente da República; Jair Soares, ministro da Previdência; Murilo Macedo, ministro do Trabalho; Paulo Maluf, governador de São Paulo; Antônio Salim Curiatti, prefeito biônico de São Paulo. A proposta foi uma nova comissão de honra formada por trabalhadores demitidos e perseguidos pela repressão, por representantes da Comissão de Anistia e do Movimento contra a Carestia (SOUZA, 2012, p. 40). A mesa de encerramento foi formada por Lula da Silva, o maior representante dos

sindicalistas, Luiza Erundina de Souza representante da Comissão Executiva Nacional de Entidades Sindicais de Assistentes Sociais (CENEAS). Ali destacava-se uma faixa com os dizeres: “*Por todos aqueles que lutaram e morreram pelas liberdades democráticas no país*” (PEREZ, 2102, p. 90).

A “virada” envolveu a organização prévia de 22 entidades sindicais e pré-sindicais então existentes, que se somavam às forças políticas de oposição à ditadura e pela anistia: especialmente movimentos dos trabalhadores e de periferias das grandes cidades contra a carestia. As entidades sindicais no Serviço Social enfrentam o legalismo, a burocratização e o conservadorismo político, confrontam as orientações oficiais do CFAS-CRAS sintonizadas com o governo ditatorial (ABRAMIDES, 2012; ABRAMIDES e CABRAL, 1995). Dimensão importante nesse processo foi o suporte latino-americano na articulação e no financiamento das entidades sindicais e associações profissionais: a presença do CELATS – à época sob a direção de Leila Lima Santos – e da ALAETS, sob a liderança do assistente social gaúcho Seno Cornely.

Nesse III CBAS incidiram, de forma decisiva, a reserva de forças acumuladas pelo Serviço Social latino-americano, a quem devemos nosso tributo. Elas remontam *ao movimento de reconceituação do Serviço Social* (1965 e 1975), que cria bases materiais, intelectuais e políticas à sua renovação. Recusa-se o assistencialismo e a benemerência. Questiona-se os fundamentos positivistas da tríade do *Social Work* norte-americano: o Serviço Social de Casos, o Serviço Social de Grupo e a Organização/Desenvolvimento de comunidade, difundida por ideólogos de organismos internacionais durante a Guerra Fria. Importa salientar que isto não significou a recusa do trabalho com indivíduos grupos e populações, realizadas a partir sob *outros parâmetros analíticos que rompem com o positivismo, o pragmatismo e submissão*. Busca-se um Serviço Social fundado nas particularidades da formação histórica da América Latina e do Caribe, denunciando as relações de dependência ante os EUA. O movimento de reconceituação está na raiz do longo processo da virada, impulsionado pela efervescência de lutas sociais na América Latina. Elas refratam na universidade, nas ciências sociais, na Igreja, nos movimentos estudantis, no teatro, no Cinema Novo e na arte em geral.

Aquele movimento desencadeia-se no I Seminário de Serviço Social face às mudanças sociais na América Latina, em 1965, em Porto Alegre (RS), presidido por Seno Cornely, na busca de um “Serviço Social latino-americano”. Denuncia-se a importação de parâmetros profissionais, o capitalismo dependente e o imperialismo norte-americano, num contexto político-cultural marcado pela vitória dos revolucionários da *Sierra Maestra* sobre Havana

(1959), das lutas estudantis de 1968, da abertura da Igreja Católica com o Concílio Ecumênico do Papa João XXIII e da Teologia da Libertação. Seguem-se os seminários subsequentes, em Montevideu, Uruguai (1966), presidido por Herman Kruse; em General Rocca, Argentina (1967), presidido por Natálio Kisnerman; em Concepción, Chile (1969) presidido por Luis Araneda; em Cochabamba, Bolívia (1970), presidido por Edy Sanches; em 1971, e, novamente em Porto Alegre, Brasil (1972), sob a presidência de Costella e em Lima (1976) (CORNELLY, 2003, p. 53).

O movimento de reconceituação (ALAYÓN, 1976, 2005; IAMAMOTO, 1987) expressa um amplo questionamento da profissão de Serviço Social (finalidades, fundamentos, compromissos éticos e políticos, procedimentos operativos e formação acadêmica), dotado de várias vertentes e com nítidas particularidades nacionais que reclamam pesquisa³. *Mas sua unidade assentava-se na busca de construção de um Serviço Social latino-americano*: na recusa da importação de teorias e métodos alheios à nossa história, na afirmação do compromisso com as lutas dos “oprimidos” pela “transformação social” e no propósito de atribuir um caráter científico às atividades profissionais. Denunciava-se a pretensa neutralidade político-ideológica, a restrição dos efeitos de suas atividades aprisionadas em microespaços sociais e a debilidade teórica no universo profissional. Os assistentes sociais assumem o desafio de contribuir na organização, capacitação e conscientização dos diversos segmentos trabalhadores e “marginalizados” na região.

Com base teórica e metodológica eclética, teorias desenvolvimentistas polarizaram inicialmente o movimento. Mas passam também a incidir no Serviço Social latino-americano a Teologia da Libertação, a educação para a liberdade proposta por Paulo Freire aliada a experiências de educação popular e investigação-ação (Falls Borda). Somam-se as produções oriundas da luta política na América Latina (Guevara, Fidel Castro, Camilo Torres, dentre outros), ocorrendo as primeiras aproximações do Serviço Social à diversificada tradição marxista. O movimento de Reconceituação recebe ecos da revolução cultural chinesa e da experiência soviética via prática político-partidária. Mas animam essa renovação do Serviço Social na América Latina movimentos contestatórios e expressões culturais de camponeses, trabalhadores industriais, indígenas, estudantis, de mulheres, negros e moradores das periferias

³ A pesquisa “O movimento de reconceituação do Serviço Social na América Latina (Argentina, Brasil, Chile e Colômbia): Determinantes históricos, interlocuções internacionais e memória (1960-1980)”, por mim coordenada, juntamente com a Dra. Cláudia Mônica dos Santos (UFJF), expressa uma iniciativa nessa direção, constituindo uma rede internacional de pesquisadores em fundamentos do Serviço Social.

urbanas.

Nos anos que antecedem o III CBAS, a luta pela direção político-profissional marcou o Serviço Social brasileiro. Forças profissionais então hegemônicas reagem ao movimento desencadeado no Cone Sul (JUNQUEIRA, 1980). Os seminários de teorização do Serviço Social – especialmente os de Araxá (1967) e o de Teresópolis (1975), promovidos pelo Centro Brasileiro de Intercâmbio em Serviços Sociais (CBCISS)⁴ – são uma resposta às articulações progressistas do Serviço Social no Cone Sul (AQUINO, SILVA E VIEIRA, 2017), hipótese que aqui se incorpora. Tais iniciativas são expressões da disputa pela hegemonia por parte de orientações conservadoras e modernizantes do Serviço Social “tradicional” inspirados na filosofia aristotélico-tomista e do desenvolvimentismo. Buscava-se repensar o Serviço Social na ótica do “desenvolvimento”, voltado ao aperfeiçoamento técnico para a implementação de programas sociais compensatórios da repressão, do arrocho salarial e da desmobilização política. Tais iniciativas surgem na disputa com as orientações profissionais emergentes nos países de língua hispânica.

Mas existiram experiências minoritárias integradas aos rumos do movimento de reconceitualização do Serviço Social nos países latino-americanos de língua espanhola. Pode-se referenciar a Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais (ESS/UCMG)⁵. Batistoni (2017 e 2019) vem demonstrando que aí se constrói um *projeto acadêmico* que abrange a formação teórico-prática e o exercício profissional. Inscrita na região ferrífera e no cinturão industrial e operário de Belo Horizonte, as forças políticas presentes no movimento operário e sindical incidem na Universidade e no movimento estudantil. O projeto da Escola de Serviço Social da UCMG confronta linhas teóricas dominantes na academia e nas entidades da categoria: na Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social (ABESS), no Conselho Federal de Assistentes Sociais e nos respectivos Conselhos Regionais (CFAS-CRAS). Encontra-se nessa experiência um conjunto de críticas centrais ao tradicionalismo profissional: à sua pseudoneutralidade teórico-prática, ao caráter segmentado na abordagem dos fenômenos sociais, à visão dicotômica das relações sujeito-objeto (traduzidas no dualismo homem-meio),

⁴ O CBCISS é o representante nacional da *International Council of Social Welfare* (ICSW).

⁵ Para uma análise global da experiência do grupo de Belo Horizonte, ver os seguintes documentos elaborados entre 1971 e 1974: "A prática como fonte de teoria"; "Uma proposta de reestruturação da formação profissional" – publicados em Quiroga, C. (Org.) 1973; 1973a; "Teoria, Prática, Serviço Social" e "Análise histórica da orientação metodológica da Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais" – estes últimos resgatados por Lima Santos (1982). Na perspectiva de uma leitura crítica da experiência ver: Lima & Rodrigues (1977); Netto (1991); Barbosa (1989); Rodrigues da Silva (1991).

à importação de modelos teórico operativos desconectados das particularidades históricas latino-americanas. Acresce-se ainda, críticas à visão normalizadora da sociedade com objetivos voltados a atenuar “disfunções sociais”, “desadaptações e desvios comportamentais”, noções caras às interpretações da dinâmica social de cunho funcionalista.

Para as entidades sindicais que atuam na “virada” simbolizada no memorável Congresso, o assistente social é reconhecido como *trabalhador assalariado*, funcionário de uma instituição, cuja ação condensa interesses de classe diferenciados. O Serviço Social é compreendido enquanto *parte da prática social coletiva de classes e grupos sociais com interesses contraditórios que conformam a sociedade, tendendo a ser cooptado por aqueles que são dominantes*. Reconhecem que o assistente social atua em políticas sociais públicas que traduzem intenções e interesses das classes fundamentais da sociedade e é por eles polarizada, afirmando-se a necessidade de opção em favor de interesses de uma das classes fundamentais. Esta é uma expressão da necessária dimensão política da prática profissional (LIMA, IAMAMOTO & CARVALHO, 1979).

O *Centro Latinoamericano de Trabajo Social* (Celats) no imediato pós-Reconceituação, desencadeia pioneiro debate sobre a relação entre política social e Serviço Social (1977-1985). Ele permite situar o Serviço Social no âmbito das relações entre as classes e destas com o Estado, rompendo visões restritas e autocentradas “prática do assistente social”. O Estado comparece na análise como expressão da condensação de forças sociais e as contradições das classes, e não como instrumento exclusivo de realização dos interesses da burguesia, ainda que seja um Estado burguês. (KOWARICK, 1979). As políticas sociais expressam uma tensão contraditória entre os imperativos da reprodução do capital e de necessidades da reprodução da força de trabalho, na disputa dos gastos públicos. Esse caráter contraditório do Estado e da política social, cujo chão é a sociedade de classes, estende-se também à análise da profissão. Conquista relevante desse legado é a ultrapassagem de *uma visão endogenista e autoreferida do Serviço Social, prisioneira de seus muros internos*, apoiada na díade “homem-meio” e na relação “assistente social-cliente” voltada ao *ajustamento* do indivíduo à sociedade.

Como vimos afirmando, a leitura da “prática” da(o) assistente social era feita desvinculada da trama social que cria sua necessidade e condiciona seus efeitos na sociedade. Quando considerados, processos históricos tendiam a ser reduzidos a um “contexto”, alheio e distinto da “prática” que a condicionaria “externamente”. Esta era lida como uma relação

singular entre o assistente social e o sujeito atendido individualmente, em grupo ou em comunidades – era desvinculada da “questão social” e das políticas sociais correspondentes. Nessa perspectiva, a formação profissional deveria privilegiar a construção de estratégias, técnicas e formação de habilidades – centrando-se no “como fazer” – a partir da justificativa de que o Serviço Social é uma “profissão voltada para a intervenção no social” visando a integração social, sob influxos liberais na compreensão e condução da “prática profissional”. Esse caminho trilhado na história da profissão – que a reação conservadora busca reeditar no presente – está fadado a criar um assistente social que aparentemente sabe fazer, mas não consegue explicar as razões, o conteúdo, a direção social e os efeitos de seu trabalho na sociedade. Corre-se o perigo de ele ser reduzido a mero “técnico”, delegando a outros a tarefa de pensar a sociedade. O resultado é um profissional mistificado e da mistificação, dotado de frágil identidade com a profissão (IAMAMOTO, 2007).

História e desafios contemporâneos: resistência e preservação de conquistas

O Serviço Social no Brasil tem vivido *um duplo e contraditório movimento*: tanto o processo de *ruptura teórica e política com o lastro conservador de suas origens, quanto o revigoramento de uma reação (neo)conservadora aberta e/ou disfarçada em aparências que a dissimulam*, com negação da sociedade de classes (NETTO, 1996).

No lastro das lutas sociais contra a ditadura (1964-85) e pela defesa do Estado de direito, o Serviço Social brasileiro fez um radical giro na sua dimensão ética e política, cuja normativa é formada pelos seguintes documentos norteadores: a) Lei da Regulamentação da Profissão (1993); b) Diretrizes Curriculares Nacionais para o ensino de graduação (1996); e c) Código de Ética do Assistente Social (1993), pilares do projeto profissional brasileiro. Ele foi alimentado teoricamente pela diversificada tradição marxista⁶ no diálogo com outras matrizes analíticas – e politicamente pela aproximação às forças vivas que movem a história: as lutas, organizações e movimentos sociais. Seu núcleo central é a compreensão da história a partir das classes sociais, conflitos, o reconhecimento da centralidade do trabalho e dos trabalhadores e trabalhadoras

⁶ Debate-se o poder político com A. Gramsci, a ontologia do ser social e a estética com G. Lukács; a Escola de Frankfurt e o debate sobre a cultura; I. Mészáros, Eric Hobsbawm, E. P. Thompson na leitura da história; David Harvey na geografia, Ernest Mandel no debate do capitalismo tardio, dentre outros.

O Serviço Social, enraizado na história da sociedade brasileira, tem nas múltiplas expressões da “*questão social*” que se corporificam na vida dos sujeitos, matéria de sua atuação. O Serviço Social é considerado uma *especialização do trabalho da sociedade, inscrito na divisão social e técnica do trabalho*. Afirmam ABESS/CEDEPSS (1996): “O significado sócio-histórico e ideopolítico do Serviço Social inscreve-se no conjunto das práticas sociais acionado pelas classes e mediadas pelo Estado em face das ‘sequelas’ da *questão social*”

Assim o exercício profissional é necessariamente polarizado pela trama de relações entre as classes sociais e seus interesses. Como a sociedade é portadora de projetos sociais distintos – projeto de classes para a sociedade –, abre-se um terreno histórico à construção de projetos profissionais diversos, indissociáveis de projetos mais amplos para a sociedade. É essa presença dessas forças sociais e políticas que permite à categoria profissional estabelecer estratégias político-profissionais no sentido de reforçar interesses das classes subalternas, alvo prioritário do trabalho do assistente social.

O Serviço Social *brasileiro construiu uma orientação histórico-crítica inédita na literatura especializada mundial*. Sua adequação à realidade contemporânea e sua fecundidade é atestada numa *série de conquistas coletivas, cujo preservação requer fortalecer o arco de alianças entre os segmentos progressistas da categoria e os sujeitos trabalhadores – seus projetos, formas de organização e ações coletivas*. Dentre as conquistas pode-se citar: a) a construção de uma imagem do Serviço Social, por um contingente que hoje atinge cerca de 190 mil assistentes sociais, vinculada aos *direitos sociais e aos direitos humanos*, na negação da benemerência; b) a expansão de *espaços ocupacionais na órbita das políticas públicas (nos níveis federal, estadual e municipal)* ponte de relação com grupos de trabalhadores em suas múltiplas necessidades sociais e suas formas coletivas de luta e organização, alargando o mercado de trabalho especializado e as provocações de pesquisa; c) a ampliação das competências do(a) assistente social para além da execução de políticas, incluindo sua formulação, avaliação e financiamento; d) a qualificação do ensino de graduação apoiada nas diretrizes curriculares nacionais da ABEPSS, a excelência na formação pós-graduada (mestrado e doutorado) na universidade pública, e cursos de especialização nas áreas mais representativas do mercado de trabalho; e) o estudo das particularidades da formação social no Brasil, o conhecimento das expressões da “*questão social*” e dos sujeitos que vivenciam com os quais trabalhamos; f) a defesa das condições de trabalho, do piso salarial e da jornada de trinta horas estabelecida por lei federal que requer a defesa de sua implementação; g) a defesa do princípios

e valores éticos que guiam o Serviço Social brasileiro, aderido no cotidiano de trabalho; h) os estudos de competências e atribuições profissionais (art. 4 e 5 da Lei da Regulamentação da Profissão) nas áreas de assistência, saúde pública, educação, sociojurídica, das cidades, dentre outras; i) entidades nacionais representativas e dotadas de capilaridade nacional: a ABEPSS e o conjunto do Conselho Federal de Serviço Social e conselhos regionais (CFESS-CRESS) e a Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESSO); j) a preservação da capacidade indignar-nos ante as injustiças, discriminações, no aprendizado da luta coletiva.

A tendência *restauradora e conservadora* no Serviço Social resgata uma idealização do passado com fortes influências da filosofia aristotélica tomista mixada com o *Social Worker* (Serviço Social de Casos, Serviço Social de Grupo e o Desenvolvimento de Comunidade), identificado como “modelo” de profissionalização. Supostamente neutro e apolítico, esse “modelo” é erigido como referência de competência técnica na “intervenção”. Reclama-se o retorno a autores clássicos e representativos do *Social Work*, evidente no chamado Serviço Social “clínico”. A perspectiva conservadora recusa o debate teórico valendo-se de denúncias político-ideológicas. Sob o signo de “politização à esquerda” ou “militantismo” – tidos como causa de suposta “desprofissionalização” do Serviço Social –, reitera-se a velha crítica conservadora à Reconceituação (NETTO, 1981). As circunstâncias históricas em que se inscreve a atividade profissional e as relações e condições de trabalho são silenciadas. Também o são a politização à direita e a militância religiosa. A crítica ideológica é direcionada exclusivamente às propostas “de esquerda”. Esse caldo cultural dispõe de aderente terreno societário à sua difusão ante a crise econômica e o desmonte das políticas públicas de Estado. O rebaixamento do nível da formação acadêmico-profissional na graduação com a expansão potenciada do ensino à distância (EAD) em moldes empresariais e formação aligeirada, oferece um solo favorável às propostas pragmáticas e conservadoras, com rebaixamento do nível teórico e de crítica.

Mas no Brasil de hoje, o conservadorismo tem *novos determinantes*: não mais no sentido tradicionalista, nostálgico do passado, com viés católico. Ele é sobrepujado pela religiosidade de raiz protestante, mais afinada com o espírito do capitalismo: da fraternidade à prosperidade. Apoiado em um governo de extrema direita, ele usa redes sociais, é autoritário, violento e neoliberal, com traços neofascistas, como alerta Lowy (2019). Estimula a organização da militância conservadora inspirada no modelo norte americano ao *Conferencia*

de Ação Política Conservadora (Conservative Political Action Conference) – CPAC⁷ com vistas às eleições e 2020. Recusando debates racionais, faz-se a defesa do armamento da população, recusa-se a descriminalização do aborto, reprime-se a “ideologia de gênero” nas escolas e o marxismo cultural nas universidades.

A defesa as riquezas naturais – das florestas, da água e do ar – subordina-se à lógica da mercantilização e da reprodução do capital, tal como se verifica na Amazônia brasileira na atualidade.

Dados da Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios (PNAD-2018) mostram que, no Brasil, a concentração de renda voltou a ampliar-se: 10% da população concentram 43,1% da massa de rendimentos do país. Em 2018, o rendimento médio mensal real do 1% da população com maiores rendimentos era de R\$ 27.744,00, o que corresponde a 33,8 vezes o rendimento dos 50% da população com os menores rendimentos (R\$ 820,00). O índice de Gini – que mede a distribuição, concentração e desigualdade – subiu para 0,545, em 2018. Sabe-se que este índice varia de 0 a 1 e quanto mais próximo de 1 mais desigual é a economia (IBGE-PNAD, 2019).

A violência e a criminalização das classes subalternas são recrudescidas – especialmente atingindo jovens, trabalhadores, negros – visando ainda seus movimentos e expressões coletivas. São aproximadamente 130 milhões de afrodescendentes vivendo na América Latina (21% da população), sendo 91% do total regional concentrados no Brasil e em Cuba (CEPAL, 2016). Segundo dados de 2016, 71,5% das pessoas que são assassinadas a cada ano no país são pretas ou pardas. A taxa de homicídios de mulheres negras foi 71% superior à de mulheres não negras. Nos ataques à classe trabalhadora, mulheres e jovens negras(os) são as principais vítimas da cultura que fomenta o ódio contra as diferenças de cor/raça, sexualidades, territórios. Os homens jovens negros são os mais atingidos por homicídios, as principais vítimas da ação letal das polícias e o perfil predominante da população prisional do Brasil, segundo o *Atlas da Violência (IPEA, 2019)*. No Brasil, a fobia LGBTQI matou, em 2017, 445 lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transsexuais, conforme denúncia da ABEPSS (2017).

O ultraliberalismo impulsiona desigualdades de todos os naipes e tem no braço repressivo do Estado e no orçamento público suportes para a segurança dos negócios. Os trabalhadores sofrem com o desmonte das políticas públicas, das reformas trabalhista e previdenciária, com crescimento do desemprego e a informalidade do emprego no setor

⁷ Sobre a CPAC, cf. JORNAL GGN (2019).

de serviços de baixa produtividade na América Latina e no Caribe (PNUD, 2016; CEPAL, 2018). A informalidade implica falta de acesso à: seguridade social, jornadas de trabalho definidas (com descanso semanal e férias remuneradas), aposentadoria e pensão, seguro-desemprego, seguro contra acidentes e doenças ocupacionais, proteção a paternidade e maternidade, e outros direitos previstos na legislação trabalhista. A informalidade atinge também o mercado de trabalho do assistente social. Além do baixo nível salarial, situações de insalubridade e de assédio moral são frequentes. A inobservância da Resolução do CFESS – nº493/ 2006 – que dispõe sobre as condições técnicas e éticas para o exercício profissional do e da assistente social é recorrente. Registra-se a carência de arquivos com chaves para a guarda de material sigiloso; salas inadequadas para observar o sigilo com presença de outras pessoas no ambiente, o que afeta o direito ao sigilo profissional. Persiste em muitas instituições empregadoras a ausência de infraestrutura básica para a realização do trabalho profissional (telefone, computador e impressora, acesso à internet, carro para visitas domiciliares e intercâmbios interinstitucionais). Nesses espaços ocupacionais os (as) assistentes exercem suas competências e atribuições profissionais, resguardados(as) por lei: estudos socioeconômicos; orientação social a indivíduos, grupos e famílias; assessorias, consultorias e supervisão técnica; formulação, gestão e avaliação de políticas, programas e projetos; mobilização social e práticas educativas; instruções sociais de processos, sentenças e decisões; formulação do projeto de trabalho profissional e pesquisa; magistério, direção e supervisão acadêmica.

Como em um terreno social político e econômico adverso, reafirmar a defesa intransigente do projeto ético-político e do legado desses 40 anos? Diante do avanço do conservadorismo esta defesa seria uma ilusão?

A intencionalidade ético-política crítica e transformadora de nosso projeto é tensionada pelas demandas institucionais ao trabalho assalariado, que, hoje tendem a restringir recursos e o acesso aos direitos sociais. Enquanto o projeto profissional reafirma o compromisso com a qualidade dos serviços prestados, com a defesa dos direitos humanos e sociais dentre muitas outras orientações ético-profissionais para a condução do trabalho, as requisições institucionais são distintas. Nas instituições empregadoras prioriza-se o trabalho burocrático, as demandas pragmáticas, as respostas imediatas, como o preenchimento de inúmeras planilhas pré-elaboradas com base em tecnologias de informática e comunicação, sobrepondo a atuação rotineira ao trabalho técnico criativo. Atividades rotineiras nos plantões, visitas domiciliares para seleção socioeconômica para o acesso a benefícios subordinam atividades educativas e em

detrimento de planos de ação. Parâmetros elevados de produtividade são impostos aos assistentes sociais, dentre muitas outras requisições. Empresas prestadoras de serviços temporários são contratadas para realizar laudos e perícias técnicas, convivendo com profissionais concursados. Este condensado de questões ilustra a tensão antes referida.

Trata-se de uma defasagem entre “teoria” e “prática”? De uma idealização do projeto profissional que se choca com a demanda técnica nos espaços ocupacionais? Da incapacidade da/o assistente social de responder aos requisitos de uma prática com qualidade?

A existência desta contradição não é uma impossibilidade, mas “é a nossa vitalidade”, como sustenta Iasi (2019). Ela atesta que não nos subordinamos passivamente as exigências do “mercado” ou do Estado brasileiro atual. A existência dessa tensão entre os propósitos do sujeito que trabalha e as determinações dos empregadores expressa nossa decisão coletiva de exercer nossa relativa autonomia e atribuir rumos técnicos e ético-políticos emancipatórios ao trabalho empreendido. Esta autonomia é historicamente condicionada pela correlação de forças políticas e resguardada pela legislação profissional. Somos trabalhadores assalariados, e dependemos do destino do conjunto da classe trabalhadora e de suas conquistas (IASI, 2019). Estamos sujeitos a alienação do trabalho inerente à condição de assalariamento: durante o período em que se trabalha o controle do trabalho é do empregador, as prioridades são por ele definidas, os meios de trabalho (financeiros, materiais, institucionais) são propriedade da instituição contratante e o recorte as expressões da “questão social” com que se trabalha são definidos pelo mandato institucional. Assim, não se trata de “culpa” da (o) assistente social e muito menos de suposta “falta de sintonia entre “teoria e prática”, ou de um “defeito da formação acadêmica”, mas de condicionantes objetivos da inscrição do Serviço Social na divisão social do trabalho e de seu agente como trabalhador (a) assalariado (a).

Carlos Drummond de Andrade no poema *Nosso tempo* nos diz:

Este é um tempo de divisas,
tempo de gente cortada

.....

Calo-me, espero, decifro.
As coisas talvez melhorem
São tão fortes as coisas!

Mas eu não sou as coisas e me revolto

.....

***A escuridão estende-se, mas não elimina
o sucedâneo da estrela nas mãos.***

Conclusões

Reconhecendo a diversidade de propostas em disputa na arena do Serviço Social brasileiro, o desafio *é manter com garra a luta pela hegemonia no Serviço Social como profissão e como disciplina científica na defesa da trajetória percorrida e das conquistas acumuladas*. Nesse universo faz-se necessário romper com as teias da *pequena política*, em termos gramscianos, como já nos alertou Coutinho (2000): a política deixa de ser pensada como “arena de luta entre propostas de sociedade”, passando a ser concebida como “simples administração do existente”, alheia à vida cotidiana dos indivíduos. O burocratismo faz renascer o devotamento à técnica, ao “como fazer” em nome da eficiência da “prática”, que é mistificada, favorecendo o obscurecimento ideológico do grande jogo político que subjaz à rotina da burocracia estatal. Importa *reforçar alianças com outros profissionais, com entidades de representação coletivas*, com fóruns de representação de políticas, de articulação de trabalhadores e movimentos sociais, de modo que suas necessidades e interesses possam adquirir visibilidade e ser reconhecidos na cena pública.

Esses tempos adversos exigem recriar o trabalho da (do) assistente social considerando tanto *sua contribuição na reprodução material e social dos sujeitos, expressa na prestação de serviços sociais de qualidade a partir de políticas públicas; e na sua dimensão educativa que incide na cultura das classes subalternas: nas maneiras de ver, viver e sentir a vida, fortalecendo a dimensão coletiva das lutas sociais*.

“*Não soltar a mão de ninguém!*”! *Mas unir nossas mãos estreladas iluminando caminhos a percorrer; e preservar a força de nossa resistência coletiva*. Ela é potenciada na aproximação às lutas dos trabalhadores e movimentos sociais na defesa dos direitos, interesses e projetos societários das classes subalternas, expressando suas necessidades e aspirações na cena pública.

A defesa do Serviço Social enraizado nas particularidades e dilemas de *Nuestra América* sintonizado com a democracia é hoje abraçado por nossas entidades acadêmicas e gremiais, o que amplia nossa força: a Associação latino-americana de ensino e investigação em Serviço Social (ALAEITS), a Federação Internacional de Assistentes Sociais (FITS) – região da América Latina e Caribe – e o Comitê Latino-Americano e Caribenho de Organizações Profissionais de Serviço Social (COLACATS).

Termino, com o comentário de Duvivier, ator e escritor, em crônica recente. Diz ele que, em 1940, Winston Churchill, acusa àqueles que queriam negociar com o nazismo.

“Há quem alimente os crocodilos na esperança de ser comido por último”. [Os conciliadores] esquecem que não se negocia com um jacaré faminto. Quando o outro lado é o fascismo ecocida, quando o outro lado aplaude a tortura, quando o outro lado é abertamente miliciano, genocida e autocrático, a simetria com o outro lado não se chama conciliação. Chama covardia mesmo (DUVIVIER, 2019).

Não à covardia, pela construção de uma frente de esquerda na disputa pela hegemonia, enfrentando aqueles que pretendem minar nossa força, unidade e organização. Estamos juntos e juntas na maior corrente viva já reunida nessa categoria profissional. Vamos em frente colegas assistentes sociais! O canto libertário de Chico Buarque, *Apesar de você*, é hoje assumido pelo povo chileno como seu hino na insurgência. E com ele declaramos:

Apesar de você, amanhã vai ser outro dia!
Você que inventou esse Estado,
Inventou de inventar
Toda escuridão
Você que inventou o pecado
Esqueceu-se de inventar o perdão.
Apesar de você
Amanhã há de ser outro dia
Eu pergunto a você onde vai se esconder
Da enorme euforia?
Como vai proibir
Quando o galo insistir em cantar
Água nova brotando
E a gente se amando sem parar....

Referências bibliográficas

- ABESS/CEDEPSS. Proposta básica para o projeto de formação profissional. *Serviço Social & Sociedade: O Serviço Social no século XXI*, ano XVII, n. 50, São Paulo: Ed. Cortez, 1996.
- ABEPSS. *Somos Assistentes Sociais prontos para “resistir e fazer brotar a flor viva!”*. Disponível em: <<http://www.abepss.org.br/noticias/somos-assistentes-sociais-prontos-para-existir-e-fazer-brotar-a-flor-viva-1917>>. Acesso em: 15 de maio de 2018.
- ABRAMIDES, M. B. C. Mesa de depoimentos históricos. In: CFESS. *Seminário Nacional do Congresso da Virada. 30 anos. 1979-2009*. Brasília: CFESS, 2012, p. 51-60.
- ABRAMIDES, M. B. C. e CABRAL, S. *O novo sindicalismo e o Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 1995.
- ALAYÓN, N. (Org.). *Trabajo social latino-americano. A 40 años de la reconceptualización*. Buenos Aires: Espacio Ed., 2005.
- ALAYÓN, N. (Org.). *Desafío al Servicio Social*. Buenos Aires: Humanitas, 1976.
- ALVES, M. H. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. Petrópolis: Vozes, 1984.
- ANDRADE, C. D. Mãos Dadas. In: *Carlos Drummond de Andrade. Poesia e Prosa*. Volume Único. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1983.
- AQUINO, I. G. de C., SILVA, A. P. R. e VIEIRA, P. L. C. O Movimento de Reconceituação na América Latina e suas expressões internacionais: análise crítica da participação e contribuição

- do CBCISS. *EM PAUTA*, Rio de Janeiro - 2o Semestre de 2017 - n. 40, v. 15, p. 151-165.
- BARBOSA, M. M. *Objetivos profissionais e objetivos institucionais na trajetória do Serviço Social*: Belo Horizonte, 1960-1984. São Paulo: PUC/SP, 1989.
- BATISTONI, R. O Movimento de Reconceituação no Brasil: o Projeto Profissional da Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais (1964-1980). *Em Pauta*. Rio de Janeiro. 2o Semestre de 2017 - n. 40, v. 15, p. 136 – 150.
- CFESS. *Resolução do CFESS -nº493/ 2006 de 21 de agosto de 2006*. EMENTA: Dispõe sobre as condições éticas e técnicas do exercício profissional do assistente social. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/Resolucao_493-06.pdf> Acesso em: 06/04 /2020
- _____. *Serviço Social é notícia*, Brasília, Edição n. 4, Ano 4, maio de 2018. Disponível em: <<http://www.cfess.org.br/arquivos/2018-ServicoSocialNoticia-Site.pdf>>. Acesso em: 15 de maio de 2018;
- _____. *Primeiro de maio: somos assistentes sociais, somos classe trabalhadora!* Disponível em: <http://www.cfess.org.br/visualizar/noticia/cod/1566>. Acesso em: 01 de maio de 2019.
- CEPAL *Panorama Social para América Latina*. 2016, <<https://www.cepal.org/pt-br/publicaciones/41738-panorama-social-america-latina-2016-documento-informativo>>. Acesso em 25 de maio de 2018
- _____. *Panorama Social para América Latina*. 2018. Documento informativo. Disponível em: <<https://www.cepal.org/pt-br/publicaciones/44412-panorama-social-america-latina-2018-documento-informativo>>. Acesso em: 24/04/2019.
- _____. *Progreso multidimensional: bienestar más allá del ingreso*. Disponível em: <https://www.undp.org/content/dam/rblac/docs/Research%20and%20Publications/IDH/UND_P_RBLAC_IDH2016Final.pdf>. Acesso em 28 de maio de 2018.
- CORNELY, S. História da organização político-acadêmica do Serviço Social na América Latina: uma visão panorâmica. *Revista Temporalis* n° 7. Porto Alegre: ABEPSS, jan.-jun. 2003.
- COUTINHO, C. N. Notas sobre cidadania e modernidade. In: *Contra a corrente. Ensaios sobre democracia e socialismo*. São Paulo: Cortez, 2000
- DUVIVIER, G. Quem alimenta os jacarés quer ser comido por último. *Folha de São Paulo*, 16 de outubro de 2019. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/gregoriuduvivier/2019/10/quem-alimenta-os-jacares-quer-ser-comido-por-ultimo.shtml>> Acesso em 17 out.2019. Acesso em: 16 de outubro de 2019.
- G1. ECONOMIA. *Concentração de renda volta a crescer no Brasil em 2018, diz IBGE*. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/noticia/2019/10/16/concentracao-de-renda-volta-a-crescer-no-brasil-em-2018-diz-ibge.ghtml>>. Acesso em: 23 de outubro de 2019.
- IAMAMOTO, M.V.; CARVALHO, R. *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil*: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. São Paulo: Cortez, 1982.
- IAMAMOTO, M.V e SANTOS, C. M. (Coord.) *O Movimento de Reconceituação do Serviço Social na América Latina* (Argentina, Brasil, Chile e Colômbia): determinantes históricos, interlocuções internacionais e memória. Rio de Janeiro: CNPQ/ UERJ, 2016.
- IAMAMOTO, M. V. O debate contemporâneo da reconceituação do serviço social: ampliação e aprofundamento do marxismo. In: _____. *O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. São Paulo: Cortez, 1998. p. 201-249.
- _____. *Serviço Social em Tempo de Capital Fetiche – capital financeiro, trabalho e questão social*. São Paulo, Cortez Editora, 2007.
- _____. Renovação do Serviço Social no Brasil e desafios contemporâneos. *Serviço Social e Sociedade* n.136. Especial. São Paulo set./dez.2019, p. 439-461.
- IANNI, O *A ditadura do grande capital*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981
- IASI, M. Cinco teses sobre a formação social brasileira (nota e estudo guiados pelo pessimismo

da razão e uma conclusão animada pelo otimismo da prática) *Serv. Soc. Soc.* no.136 São Paulo set./dez. 2019, p.417-438.

IBGE. *PNAD Contínua 2018*: 10% da população concentram 43,1% da massa de rendimentos do país. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/25700-pnad-continua-2018-10-da-populacao-concentram-43-1-da-massa-de-rendimentos-do-pais>>. Acesso em 23 de outubro de 2019.

IPEA. *Atlas da violência 2019*. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=34784&Itemid=432>. Acesso em: 23 de outubro de 2019.

JORNAL GGN. *CPAC e a integração conservadora Brasil-EUA*, por Otávio Dias de Souza Ferreira. Disponível em <<https://jornalggm.com.br/>>. Acesso em: 21 de outubro de 2019.

JUNQUEIRA, H. I. Quase duas décadas da Reconceitualização do Serviço Social. Uma abordagem crítica. *Serviço Social e Sociedade* n.4. São Paulo: Cortez, ano III., dez. 1982, p.1-38.

KOWARICK, L. Proceso del desarrollo del Estado en América Latina y políticas sociales. *Acción Crítica* n° 5. Celats/Alaets, abr. 1979, p. 25-31

LIMA, L.; RODRIGUEZ, R. "Metodologismo: estallido de una época", In: *Acción Crítica* n. 2, Lima (Peru); Celats, p.15-41, jul. 1977.

LIMA SANTOS, L. *Textos de Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 1982.

LIMA, L, IAMAMOTO, M. V., CARVALHO, R. Encontro Nacional de Capacitación Continuada. Rio de Janeiro, Brasil. *Acción Crítica* n.6. Lima: Celats/Alaets, set. 1979, p. 32-37.

LOWY, M. *Walter Benjamim. Aviso de incêndio*. São Paulo: Boitempo, 2005.

_____. *Neofascismo: um fenômeno planetário e o caso brasileiro*. Disponível em: <www.cartamaior.com.br>. Acesso em: 20/10/2019.

NETTO, J. P. Transformações societárias e Serviço Social: notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. In: *Serviço Social* n° 50. São Paulo: Cortez, abr. 1996, p. 87-132.

_____. A crítica conservadora à reconceptualização. *Serviço Social e Sociedade* n. 5. São Paulo: Cortez, mar.1981, p. 59-76.

_____. *Ditadura e Serviço Social*. Uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. São Paulo: Cortez Ed., 1991.

PEREZ, M. C. V. Mesa de depoimentos históricos. In: CFESS. Seminário Nacional do Congresso da Virada. 30 anos. 1979-2009. Brasília: CFESS, 2012, p. 87-90.

PNUD-IDH 2016. Disponível em: <<http://www.latinamerica.undp.org/content/rblac/es/home/presscenter/pressreleases/2016/06/14/reca-da-de-millones-de-latinoamericanos-a-la-pobreza-es-evitable-con-pol-ticas-publicas-de-nueva-generaci-n-pnud.html>>. Progreso multidimensional: bienestar más allá del ingreso>. Acesso em 28 de maio de 2018.

QUIROGA, C. (Org.). *Compendio sobre: metodología para o Trabajo Social*. Série ISI 4. Buenos Aires: ECRO, 1973.

_____. *Compendio sobre: reestructuración de la carrera de Trabajo Social*. Série ISI 4. Buenos Aires: ECRO, 1973a.

RODRIGUES DA SILVA, L. M. *Aproximação do Serviço Social à tradição marxista: caminhos e descaminhos*. Tese de doutorado São Paulo: PUC/SP, 1991. 2 v.

SOUZA, L. E. Mesa de depoimentos históricos. In: CFESS. *Seminário Nacional do Congresso da Virada*. 30 anos. 1979-2009. Brasília: CFESS, 2012, p. 39-46.